



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 | Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435-1911

www.extrema.mg.gov.br

RESPOSTA AO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA FLAINY COSTA FERNANDES DIOGO.

REF.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 325/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 139/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÃO ASSADO FRANCÊS, INTEGRAL E BISNAGUINHA.

JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

DATA DA SESSÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO: 13.11.2024.

Recurso interposto **tempestivamente** pela empresa licitante **FLAINY COSTA FERNANDES DIOGO**, CNPJ Nº 49.728.252/0001-20, ora denominada **Recorrente**, já qualificada nos autos, por meio de sua representante legal, com fundamento no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 e Cláusula 12.1 do Edital do **Pregão eletrônico nº 139/2024**, em face da decisão do agente de contratação e da Equipe de Apoio que a declarou inabilitada no certame licitatório em comento.

I. DO RELATÓRIO – Dos Fatos

Em 13 de novembro de 2024, às 09h00min horas, reuniu-se o agente de contratação e a Equipe de Apoio da Prefeitura de Extrema/MG para dar início à sessão de abertura e julgamento das propostas e habilitação dos participantes do Pregão eletrônico nº139/2024 (Processo nº 235/2024), cujo objeto consiste na contratação de empresa para aquisição de pães.

Após abertura e julgamento das propostas e realização da etapa de lances, foi à empresa recorrente declarada inabilitada para o lote em disputa a qual fora classificada provisoriamente em primeiro lugar, por não atender ao item 5.4 alínea 'd' do edital, especialmente por não ter apresentado laudo para o item pão francês assado, conforme identificado pela Equipe de apoio durante a sessão. Vejamos a exigência:



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 | Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435-1911

www.extrema.mg.gov.br

5.4 DOCUMENTAÇÕES QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovação, mediante apresentação de atestado de capacitação fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento de materiais e ou equipamentos semelhantes ou afins (vedadas exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos), podendo observar o modelo no ANEXO III. Poderá ser realizada a promoção de diligência pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio a fim de verificar se os serviços descritos no atestado foram efetivamente prestados pela empresa licitante podendo ser solicitados cópias de notas fiscais, contratos ou outros documentos que julgar necessário.
- b) Alvará de Vigilância Sanitária em nome da empresa participante da licitação e válida.
- c) Alvará do Corpo de Bombeiros para funcionamento em nome da empresa participante da licitação e válida.
- d) Apresentar Laudos de Análise Microbiológica emitidos por empresas idôneas e certificadas pelo CGCRE (Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro) e que certifique que a empresa esteja em conformidades, demonstrando estar apta para realizar suas atividades com segurança;
- e) Deverá apresentar Laudos de Análise da Água utilizada para fabricação dos pães conforme portaria MS-2914, certificando que a água esteja em condições satisfatórias para consumo humano;

II. DAS RAZÕES RECURSAIS

Concedida à empresa recorrente o direito a via recursal, a representante manifestou a intenção de recurso via chat, requerendo o provimento para fins de reformar a decisão e a declarar vencedora em face dos documentos apresentados para fins de habilitação em face dos menores preços ofertados após disputa, destacando-se ainda que:

- a) “(...) a decisão de inabilitação, fundamentada em um requisito não explicitado no edital, revela-se incompatível com os princípios da legalidade, da competitividade e da vinculação ao edital, previstos na Lei nº 14.133/2021. É imprescindível que essa interpretação seja revista, garantindo que o processo licitatório se desenvolva em conformidade com as normas legais e com o edital que o rege.”
- b) “(...) diante da comparação entre as ofertas, fica evidente que a decisão de inabilitar a licitante recorrente não só contraria os princípios que regem as licitações, mas também compromete o resultado mais vantajoso para a



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 | Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435-1911

www.extrema.mg.gov.br

administração pública, devendo ser revista para evitar prejuízos ao interesse público e a eficácia do certame.”

c) Por fim, preconiza que “o pregoeiro poderia, com base na dúvida gerada, ter determinado a realização de diligências para verificar se a licitante atendia aos requisitos de conformidade e segurança exigidos.”

Prossegue nesse ponto, ao considerar a Recorrente que foi capaz de atestar sua habilitação para o lote em que se sagrou melhor colocada, e, *por conseguinte pode ser declarada vencedora*, por meio dos documentos apresentados.

Com base em tais argumentos e fundamentos, a Recorrente requer que seja dado provimento ao recurso para se reformar a decisão e, assim, declarar a sua habilitação e prosseguimento para a sua contratação.

Este é o resumo do teor da matéria a ser analisada que se encontra disponibilizada no processo licitatório eletrônico.

III. DA ANÁLISE DAS RAZÕES.

A Administração Pública não pode descumprir as normas e as condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. O formalismo é necessário para garantir a objetividade dos procedimentos públicos, em favor do princípio da impessoalidade, evitando que prevaleçam juízos subjetivos de agentes públicos.

Para buscar a contratação mais vantajosa ao interesse público, torna-se necessária a segurança atribuída aos habilitantes, vinculando-se ao edital e este ao processo que o antecedeu, conforme princípio da vinculação ao instrumento convocatório, disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade,



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 | Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435-1911

www.extrema.mg.gov.br

*da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (Destaques nossos).*

O edital do Pregão Eletrônico nº 139/2024 (Processo Licitatório nº 235/2024) dispõe no item 5 e seguintes os documentos exigidos para a habilitação, dentre os quais ficaram ausente de apresentação no momento oportuno os indicados no item 5.4 alínea 'd' do edital de forma a comprovar a qualificação técnica por meio da apresentação de laudo técnico emitido por entidade competente, sendo que a empresa licitante não apresentou o laudo para o item pão francês integral, que compõe o lote que se sagrou classificada em primeiro lugar, conforme consta em ata da sessão alegando que o edital assim não exigiu de forma individualizada, dando margem à dúvida e gerando uma inabilitação indevida.

Cabe destacar que a Administração e as licitantes ficam restritas ao que lhes é solicitado ou previsto no edital quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato.

Assim, todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, por óbvio, vincular-se-ão ao edital. Destarte, as regras devem estar dispostas de forma clara e objetiva, a fim de minimizar a existência de surpresas, vez que as partes tomaram ciência de todos os requisitos, ou previamente estimaram o conteúdo das documentações e propostas, formulando-as de acordo com os princípios da isonomia e competitividade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 | Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435-1911

www.extrema.mg.gov.br

A habilitação é a fase da licitação que se busca verificar as condições de qualificação daqueles que pretendem contratar com a Administração Pública, devendo os interessados atenderem a todas as exigências que a esse respeito sejam formuladas no instrumento convocatório.

Na fase de habilitação das licitações públicas, quando as normas (lei e edital) determinam a apresentação de dado documento, exige-se não só uma mera formalidade, mas sim uma exteriorização de que o futuro contrato administrativo será celebrado com pessoa jurídica experiente naquele ramo, devendo o fazer de forma clara e objetiva a fim de não deixar margem de dúvida. Insta transcrever o que preceitua a Lei 14.133/2021 acerca da qualificação técnica na habilitação dos licitantes:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 | Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435-1911

www.extrema.mg.gov.br

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Logo, em razão de exigência legal, as licitantes devem, sob pena de inabilitação, comprovar que atendem as exigências legais conforme exige o artigo 67, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Dito isso, em que pese nos certames licitatórios a exigência de requisitos de habilitação se restringir ao indispensável, sob pena de limitação à competitividade, mormente no que tange à modalidade pregão, para determinados objetos deve-se atentar às exigências de qualificação técnica prevista para a adequada e eficaz execução contratual, que devem ser previstas de forma clara e objetiva, a fim de não gerar dúvidas que possam ferir a competitividade, o que pode colocar em risco a segurança das relações jurídicas e violar a isonomia.

À vista disso, surgem sempre em oposição, dois argumentos em tese igualmente hábeis a justificar qualquer decisão, em caso de detecção de alguma falha formal: um lado argumentará pela vinculação ao edital e o outro pela superação do rigor formal. Isto permite, a princípio, uma decisão para qualquer dos lados.

Neste sentido, esta Administração Pública, ao reexaminar a especificação técnica contida no edital, especialmente quanto ao item 5.4. 'd' em apreço, legitimada pelo Princípio da Autotutela, que lhe confere a prerrogativa de rever seus próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao judiciário^[1], e, no sentido de avocar esta prerrogativa, entendeu pela necessidade de revogar a presente licitação, já que não identificou de forma clara a necessidade de prever as



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 | Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435-1911

www.extrema.mg.gov.br

exigências de qualificação técnica de forma explícita para todos os produtos que comporão o futuro objeto, deixando margem a dúvida.

Assim, considerando que o art. 71, II da Lei Federal 14.133/2021, que consagra o Princípio da Autotutela da Administração Pública ao tratar da revogação do procedimento, é de uma clareza exemplar ao dispor no inciso II a possibilidade de revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, *conforme razões expostas*.

Considerando ainda o enunciado da Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, a qual enuncia que “A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou **revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade**, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”;

Considerando que, no caso sub examine, o certame não foi homologado e tampouco assinado qualquer contrato administrativo, não sendo possível se cogitar eventual direito adquirido por parte dos licitantes.

Assim, devem ser sopesadas as eventuais vantagens e desvantagens do prosseguimento do certame nos moldes que se apresentam.

Ademais, nos casos em que o desfazimento do processo de contratação ocorre antes da homologação do certame e da adjudicação do objeto, não há prejuízo aos licitantes, já que não há obrigações contratuais assumidas. Neste sentido vejamos o Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO - REVOGAÇÃO - CONTRADITÓRIO.

1. Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 | Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435-1911

www.extrema.mg.gov.br

2. *Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado.*
3. *Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido.*
4. *A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório.*
5. *Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado. (...) (STJ, ROMS nº 200602710804, Rel. Eliana Calmon, DJE de 02.04.2008).*

Destarte, em face dos apontamentos acima, em juízo de discricionariedade, levando em consideração a conveniência do órgão licitante em relação ao interesse público, mostra-se cabível a revogação do certame. Sobre o tema, também ensina Marçal Justen Filho¹, *in verbis*:

“A revogação do ato administrativo funda-se em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público. No exercício de competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior por reputá-lo incompatível com o interesse público. (...). Após praticar o ato, a Administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior”.

Desse modo, percebemos que para atender o interesse público envolvido, diante do caso concreto, o melhor caminho a trilhar será pela via da Revogação do procedimento, com a reabertura de novo processo, após os ajustes necessários.

¹ In *Comentários à Lei das Licitações e Contratos Administrativos*, 9a ed., São Paulo, Dialética, 2002, p. 438.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 | Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435-1911

www.extrema.mg.gov.br

O TCU, em seu Manual de Licitações^[2], firma entendimento no sentido de que *“Pode a autoridade competente para aprovação de procedimento licitatório (...) revogar a licitação, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, em razão de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta (...)”*.

Assim:

Considerando que, conforme decisão do TJMG em sede da Apelação Cível AC nº 10208140016279001, *“A **revogação** é ato **discricionário** da Administração Pública, praticado de acordo com a sua liberdade e conveniência, exigindo-se, para sua validade, apenas que seja motivado, não esteja contaminado pelo desvio de finalidade e não prejudique direitos subjetivos”*;

Considerando que a Administração deve primar pelo Princípio da Isonomia entre os licitantes, e que eventual inabilitação/habilitação em face da observação posterior de falta clareza de exigência de qualificação técnica do edital, sem a necessária segurança jurídica na tomada de decisão, poderá macular o procedimento, além de, eventualmente, poder resultar em questionamentos legais;

Considerando que devem ser sopesadas as eventuais vantagens e desvantagens do prosseguimento do certame nos moldes que se apresentam;

Considerando ainda que, no caso em tela, a continuação do procedimento torna-se inconveniente para a Administração, o que autoriza a mesma a lançar mão da revogação, amparada nas disposições legais, pois é interesse público que seja ampliado o número de licitantes e as possibilidades de melhores ofertas de preços;

^[2] Brasil. Tribunal de Contas da União. *Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU/ Tribunal de Contas da União*. – 4. Ed. rev., atual. e ampla. – Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010, pp. 545/546.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 | Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435-1911

www.extrema.mg.gov.br

Considerando que as circunstâncias jurídicas e técnicas devem ser analisadas sob o prisma do Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular; e diante da inconveniência no prosseguimento no certame nos moldes do art. 71, inciso II da lei de licitações, que autoriza a Administração a lançar mão da revogação, amparada nas disposições legais, pois é de interesse público a observância dos princípios previstos no artigo 6º da referida lei, a fim de que os licitantes possam participar dos certames sem margem de dúvidas quanto às exigências legais adequadas para o referido objeto em novo certame a ser deflagrado e publicado na forma legal.

Mostra-se recomendável, assim, nos termos previstos no artigo 71, II da Lei 14.133/2021, **revogar o certame por interesse público**, com a publicação de um novo certame após readequação do instrumento convocatório de forma a atender as necessidades da Administração pública, por meio da publicação de novo edital.

IV. DA DECISÃO

Assim, em face das razões ventiladas e debatidas em contraditório recursal, e ainda, aliado ao interesse público e em observância ao princípio da Autotutela, em face dos princípios que regem o presente processo licitatório, esta Administração DECIDE por revogar o certame nos termos da legislação vigente, o qual será objeto de novo edital a ser republicado após reformulação na redação das exigências de qualificação técnica para fins de contratação, ficando prejudicado o julgamento do mérito das razões recursais apresentadas pelas empresas ora recorrente e recorrida por força da revogação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 | Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435-1911

www.extrema.mg.gov.br

Encaminha-se a presente decisão ao Ordenador de Despesas do Município para sua apreciação final e revogação do certame.

Extrema, 11 de dezembro de 2024.

Paulo Roberto da Silva Junior
Pregoeiro/Agente de Contratação
Decreto nº 4.726 de 12 de agosto de 2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE EXTREMA

Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1.624 | Ponte Nova | Extrema/MG | CEP 37640-000
(35) 3435-1911

www.extrema.mg.gov.br

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 235/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 139/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE PÃES.

JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

DATA DA SESSÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO: 13.11.2024.

Em face do exposto e de acordo com o princípio da Supremacia do Interesse Público, opino por acolher a manifestação do agente de contratação o **processo licitatório nº 235/2024, pregão eletrônico nº 139/2024, para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÃO ASSADO FRANCÊS, INTEGRAL E BISNAGUINHA**, ficando prejudicado o julgamento do mérito das razões recursais apresentadas pelas empresas ora recorrente e recorrida por força da revogação.

Dê-se ciência aos interessados e cumpra-se.

Extrema, 11 de dezembro de 2024.

Taylon Alexand de Camargo
Ordenador de Despesas do Município de Extrema
Decreto nº 3.138, de 08 de março de 2017.